



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CONCEDER DESCONTO NO PAGAMENTO
DO IPTU 2025 EM PARCELA ÚNICA E
DEFINE OUTRAS FORMAS DE
PARCELAMENTO.

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para os pagamentos realizados em parcela única até a data de 15/04/2025.

Art. 2º Para os contribuintes que optarem pelo pagamento do IPTU de forma parcelada e sem desconto, os vencimentos se darão nas seguintes datas:

- I - Primeira parcela: 15/04/2025;
- II - Segunda parcela: 15/05/2025;
- III - Terceira parcela: 15/06/2025;
- IV - Quarta parcela: 15/07/2025.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA FUNDA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

ANDRÉ SIGNOR
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CONCEDER DESCONTO NO PAGAMENTO
DO IPTU 2025 EM PARCELA ÚNICA E
DEFINE OUTRAS FORMAS DE
PARCELAMENTO.

JUSTIFICATIVA

Senhores(as) Vereadores(as),

O projeto que ora se apresenta para vossas análise e consideração, visa a concessão de desconto para pagamento do Imposto Territorial Urbano – IPTU em parcela única, bem como prevê a possibilidade de parcelamento, objetivando a antecipação do seu recolhimento aos cofres públicos, e, principalmente, incentivando e beneficiando o contribuinte que realiza o pagamento adiantado, respeitando o planejamento financeiro de cada cidadão.

Com a respectiva concessão do desconto e a possibilidade de parcelamento, permite-se que a Administração Pública possa, efetivamente, contar com estas receitas orçamentárias decorrentes do IPTU, nas respectivas datas de pagamento, aplicando-as em benefício da população.

Porém, ressalta-se a importância em se manter a possibilidade de parcelamento em até 4 (quatro) parcelas, na tentativa de evitar, ou dificultar a inadimplência dos pagamentos pelo reduzido valor da parcela e alongamento do tempo de pagamento.

Por derradeiro, solicito a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei Municipal, em regime de urgência, tendo em vista a necessidade de divulgar com antecedência aos contribuintes as formas de pagamento do referido imposto.

ANDRÉ SIGNOR
Prefeito Municipal